

MARILUCE BITTAR (Coordenadora - UCDB)
MARIA DO CARMO DE LACERDA PEIXOTO
(Vice-coordenadora - UFMG)

ACESSO E PERMANÊNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – pós-LDB/1996

Agosto de 2009

MARILUCE BITTAR (Coordenadora - UCDB)
MARIA DO CARMO DE LACERDA PEIXOTO
(Vice-coordenadora - UFMG)

ACESSO E PERMANÊNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS- LDB/1996

Projeto de Pesquisa apresentado ao Processo de
Seleção de Projetos para o Edital MCT/CNPq/2009
- Universal.

Agosto de 2009

SUMÁRIO

ACESSO E PERMANÊNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS- LDB/1996

I – Identificação da Proposta	4
II – Justificativa e Relevância da Pesquisa	5
III - Objetivos	9
IV – CONTEXTO DA PESQUISA: acesso e permanência na educação superior	10
V – Procedimentos Metodológicos	17
VI- Principais Contribuições Científicas da Proposta	20
VII – Orçamento Detalhado da Proposta	21
VIII – Cronograma Físico-Financeiro	24
IX – Identificação da Equipe de Pesquisadores	27
X – Indicação de Colaborações e Parcerias	29
XI – Disponibilidade de Infra-estrutura e de Apoio Técnico para o Desenvolvimento do Projeto	30
XII - Referências	31

I - IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

Título: ACESSO E PERMANÊNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL PÓS- LDB/1996

Equipe:

Coordenadora – Mariluce Bittar – UCDB – Mato Grosso do Sul

Vice-Coordenadora – Maria do Carmo de Lacerda Peixoto – UFMG – Minas Gerais

Mato Grosso do Sul

Carina Almeida – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Valquiria Allis Nantes – Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Andressa dos Santos de Souza – Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Maria José de Jesus Alves Cordeiro – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Giselle Real – Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Mato Grosso

Maria das Graças Martins da Silva – Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Tania Lima Beraldo – UFMT

Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso – UFMT

Pará

Salomão Mufarrej Hage – UFPA

Paraíba

Edineide Jezine – Universidade Federal da Paraíba – Paraíba

Bahia

Nadia Hage Fialho – Universidade Estadual da Bahia – UNEB

Grupo de Pesquisa que fornecerá sustentação e infra-estrutura à pesquisa na Universidade Católica Dom Bosco – Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – **GEPPES**

Valor Total da Proposta – R\$ 49.410,94 – FAIXA B

II - JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Esta proposta apresenta como objeto de pesquisa a análise das *políticas de acesso e permanência no processo de expansão da educação superior no Brasil*, no período compreendido entre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorrida em 1996, e o prazo para a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), previsto para 2011.

Tal proposição resulta de um conjunto de experientes pesquisadores, de quatro regiões do país: Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), Norte (Pará), Nordeste (Paraíba e Bahia) e Sudeste (Minas Gerais), vinculados a várias universidades, pertencentes ao Grupo de Trabalho Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT11 - ANPEd). Desde 1993 esses pesquisadores se reúnem em torno da Rede Universitas/Br¹, cuja produção na área da educação superior é uma referência nacional, fato que potencializa suas análises, produções e ações acadêmicas.

Além disso, é importante ressaltar que parte da Equipe proponente desta pesquisa está vinculada formalmente ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPPEs², que neste ano de 2009 completa 10 anos de existência, consistindo

¹ A Rede UNIVERSITAS/Br é coordenada nacionalmente pela Professora Dra. Marília Morosini (PUCRS); reúne pesquisadores de todas as regiões brasileiras e de várias Universidades, a saber: UFRGS, UFMG, UFPR, UFRJ, UCP, UFF, UERJ, UFSCAR, UNIMEP, UNIFESP, UFAL, UFPA, UFMT, UFG UCDB, USP, UFRRJ, FURB e UFMS. “A Rede UNIVERSITAS consolida uma rede acadêmica para a pesquisa e a interlocução entre pares que têm em comum a área de conhecimento educação superior. Congrega pesquisadores do GT Política de Educação Superior da ANPEd e tem como um dos seus objetivos selecionar, organizar, disponibilizar à comunidade e avaliar a produção científica sobre educação superior no Brasil a partir de 1968” [<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>] Acesso em 29 de julho de 2009.

² O GEPPEs está cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq: (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=288270817EOZNM>) é coordenado pela Professora Dra. Mariluce Bittar. Vincula-se à Linha de Pesquisa de *Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente*, do Programa de Mestrado em Educação da UCDB e, ao longo de dez nos anos de funcionamento, acumulou significativa experiência no desenvolvimento de pesquisas relacionadas às políticas de educação superior, tornando-se referência nessa área de pesquisa na Região Centro-Oeste e no país. Mais informações podem ser obtidas no site: <http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogeppe/index.php>

numa referência não somente na região Centro-Oeste, como no Brasil e em alguns países da América Latina³.

O desenvolvimento de vários projetos de pesquisa relacionados às políticas públicas de educação superior no Brasil impulsionou o processo de consolidação do GEPPEs, não apenas em Mato Grosso do Sul, como também na Região Centro-Oeste. Podem ser citadas as seguintes pesquisas, nesse sentido: a) Processo de Expansão e Interiorização da Educação Superior na Região Centro-Oeste – as marcas da mercantilização do ensino; b) Avaliação institucional e os desafios para a construção de uma educação superior democrática; c) Política de cotas para negros na educação superior – estratégia de acesso e permanência?; d) Ensino Noturno – acesso e democratização da educação superior; e) Acesso e permanência – desafios para a democratização da educação superior no Brasil.

Entre a produção científica dos pesquisadores do GEPPEs podem-se destacar: dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas e em desenvolvimento; trabalhos completos apresentados em eventos científicos nacionais e internacionais, com publicação; artigos coletivos e individuais publicados em periódicos indexados e classificados pela lista QUALIS/CAPES e QUALIS/ANPEd; pôsteres apresentados por alunos de Iniciação Científica, entre outros.

No que diz respeito ainda ao contexto em que se insere esta proposta de pesquisa, é fundamental ressaltar a vinculação dos pesquisadores que compõem a equipe à Rede Universitas/Br, cuja trajetória em mais de 15 (anos) de existência, atesta sua competência acadêmico-científica em vários sentidos, aqui destacados:

³ Em 2008 o GEPPEs iniciou sua inserção internacional, com a participação direta da coordenadora no Projeto Interinstitucional “Producción y uso de conocimientos en educación en América Latina”, organizado pelo Núcleo de Estudios sobre Conocimiento y Política en Educación (NICPE), vinculado à Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, na Argentina, que pode ser acessado no seguinte endereço: <http://www.nicpe.org/>. Esse Projeto envolve pesquisadores de países da América Latina: México, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil; no Brasil estão envolvidas as seguintes IES: UCDB, PUCRS e UFSCar. Também em 2008, a Coordenadora do GEPPEs participou do projeto que resultou no Seminário Taller Internacional de Evaluación y Acreditación - Aportes para pensar la Educación Superior del Ecuador, realizado em Quito, Equador, envolvendo os seguintes países: México, Argentina, Brasil, Equador e Bélgica.

a) no processo de consolidação da pesquisa e de um campo do conhecimento específico da área da educação;

b) no estímulo e apoio à descentralização da pesquisa em educação no Brasil, em especial, da educação superior, contribuindo de modo significativo para o surgimento de novos grupos de pesquisa em todas as regiões do Brasil; citam-se dois exemplos: o Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPPEPES, em Mato Grosso do Sul e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior - GEPES, no Pará;

c) na socialização do conhecimento produzido em educação superior, que pode ser comprovada pela realização de seus 14 (quatorze) Seminários Nacionais Universitatis/Br, realizados em várias IES brasileiras, com o objetivo de fortalecer suas várias equipes de pesquisa; ressalte-se, nesse caso, que a UCDB sediou o XII Seminário, em dezembro de 2006 e, em dezembro de 2009, sediará o XV Seminário Nacional⁴, com a temática “Acesso e permanência na Educação Superior”, ocasião em que os componentes deste Projeto de Pesquisa poderão ter a oportunidade de realizar sua primeira reunião de trabalho;

d) na produção do conhecimento na área das políticas de educação superior, que pode ser atestada e verificada, entre outras produções, nas 10 (dez) coletâneas produzidas pelo grupo e publicadas por editoras de reconhecida qualidade, de acordo com a seguinte listagem: i) *A educação superior em periódicos nacionais*, organizada por Marília Morosini e Valdemar Sguissardi, com apoio do CNPq, publicada pela FCAA/UFES, 1998; ii) *Educação superior: avaliação da produção científica*,

⁴ O GEPPEPES encaminhou proposta de realização do XV Seminário Nacional Universitatis/Br à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT, sendo aprovado para realização em dezembro de 2009, na UCDB, Campo Grande-MS. Embora os recursos aprovados sejam pequenos, pretende-se organizar um Seminário com integrantes da Rede Universitatis/Br e do GEPPEPES, caracterizado mais como uma reunião de trabalho, com o objetivo de discutir o desenvolvimento do Projeto Coletivo e Integrado denominado: Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil Pós-LDB, que é integrado por 6 (seis) sub-projetos, a saber: i) Financiamento na expansão da educação superior; ii) Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior; iii) Avaliação na expansão da educação superior; iv) Trabalho docente na expansão da educação superior; v) **Acesso e permanência na expansão da educação superior**; vi) Produção do conhecimento na expansão da educação superior. O sub-projeto 5 (cinco), materializa-se nesta proposta que ora se encaminha com pedido de auxílio ao CNPq, o qual congrega pesquisadores preocupados e interessados em aprofundar aspectos relacionados às políticas de acesso, permanência e sucesso (no sentido da conclusão dos cursos de graduação) na educação superior no Brasil. Deve-se informar que nem todos os sub-projetos estão sendo encaminhados ao Edital Universal do CNPq – n.14/2009 – Universal.

organizada por Maria do Carmo de Lacerda Peixoto, publicada pela Imprensa Universitária da UFMG, 2000; iii) *Estado do conhecimento – educação superior*, organizada por Marília Costa Morosini e disponibilizada eletronicamente pelo INEP/MEC/COMPED, (<http://www.inep.gov.br/comped/estudos/edsuperior.html>), 1999; iv) *Educação superior: análise e perspectivas da pesquisa*, organizada por Valdemar Sguissardi e João dos Reis da Silva Júnior, publicada pela Editora Xamã, 2001; v) *Educação superior em periódicos nacionais (1968-1995)*, coordenação e organização de Marília Morosini, Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001; vi) *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*, coordenação e organização de Deise Mancebo e Maria de Lourdes de A. Fávero. São Paulo: Cortez, 2004; vii) *A Universidade no Brasil: concepção e modelos*, coordenação e organização de Marília Costa Morosini. Brasília: MEC/INEP, 2006; viii) *Educação superior brasileira: 1991-2004*. Brasília: INEP, 2006 (Coleção de 27 volumes, de todos os estados da federação, organizados e elaborados pelos pesquisadores da Rede Universitas/Br, com comitê científico composto por: Marília Costa Morosini, João Ferreira de Oliveira, Maria do Carmo Lacerda Peixoto, Mariluce Bittar, Olgaíses Cabral Maués e Stella Cecília Duarte Segenreich; ix) *Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB*, coordenação e organização de Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira e Marília Costa Morosini. Brasília: INEP, 2008; x) *Educação superior no Brasil e diversidade regional*, coordenado por Vera Lúcia Jacob Chaves e João dos Reis Silva Júnior. Belém: EDUFPA, 2008.

É necessário destacar, ainda, que outra razão que atesta a relevância e a importância do desenvolvimento desta pesquisa, consiste no fato de congregarem pesquisadores que já pertencem à Rede Universitas/Br, mas também desenvolveram autonomia intelectual própria em seus grupos de pesquisa, a exemplo do GEPPEs, bem como no GT Política de Educação Superior da ANPEd, que reúne pesquisadores nacionais e internacionais na área da educação superior. Nesse sentido, ao representarem quatro regiões brasileiras, esses pesquisadores intentam ampliar e fortalecer os grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação em Educação nas universidades em que atuam.

Em síntese, a relevância da pesquisa que ora se apresenta, além dos aspectos anteriormente mencionados, fundamenta-se nos seguintes argumentos:

a) por serem mais recentes, especialmente dos anos 1990 em diante, as políticas de acesso e permanência na educação superior necessitam ser mais aprofundadas e exploradas do ponto de vista científico no sentido de se analisar seus efetivos impactos o aumento da taxa escolarização líquida dos brasileiros e na inclusão de jovens que não conseguem ter acesso a esse nível de ensino;

b) o Projeto de Pesquisa em pauta possui caráter descentralizador e fortalecedor da pesquisa no campo da educação superior, pois reúne pesquisadores de quatro regiões brasileiras: a) região Centro-Oeste (estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso); b) região Nordeste (estados da Paraíba e Bahia); região Norte (estado do Pará) e região Sudeste (estado de Minas Gerais);

c) o Projeto reúne, ademais, pesquisadores de várias universidades brasileiras que necessitam de incentivo para consolidar suas pesquisas e, em conseqüência, fortalecer seus Programas de Pós-Graduação, a saber: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFBP). A Universidade Federal de Minas Gerais, ao integrar a coordenação da equipe e contar com um Programa de Pós-graduação mais consolidado, com nota 6 (seis) na avaliação da CAPES, poderá exercer uma posição de liderança no Projeto, posto que possui experiência reconhecida nesse campo de pesquisa. Nesse aspecto, a UCDB e a UFMG pretendem viabilizar ações de parceria e solidariedade entre programas mais fortalecidos e consolidados com aqueles que se encontram em processo de ampliação e consolidação.

III – OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral:

- Analisar as implicações das políticas de expansão da Educação Superior no Brasil, pós-LDB – (Lei nº 9394/1996), para o processo de acesso e permanência de estudantes nesse nível de ensino.

3.2 – Objetivos Específicos

- Investigar as políticas de acesso vigentes na educação superior pós-LDB;
- Analisar as políticas e propostas vigentes na educação superior pós-LDB, estruturadas com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes;
- Investigar as alterações ocorridas nos processos seletivos no período pós-LDB;
- Identificar as características dos estudantes que ingressam na educação superior e que participam dos programas de permanência, como: situação econômica, tipos de cursos/áreas, composição étnico-racial, etc.
- Examinar as possíveis alterações que se verificam nas características da composição sócio-econômica dos estudantes.

IV – CONTEXTO DA PESQUISA: acesso e permanência na educação superior

O Brasil construiu nas últimas quatro décadas um parque universitário público de elevada qualidade, que se destaca de modo particular quando comparado ao de países com estágios de desenvolvimento econômico e social similares. Na América Latina, em especial, nenhum país alcançou padrão comparável ao do sistema público brasileiro de educação superior. É preciso observar, no entanto, que o País apresenta taxas líquida e bruta de matrículas muito baixas, em comparação com outros países em que o sistema de ensino superior encontra-se organizado. Enquanto a primeira taxa, correspondente aos jovens de 18 a 24 matriculados na educação superior estava, em 2006, em apenas 12,1%, a segunda, relativa ao total de matrículas nesse nível de ensino da população da mesma faixa etária era de 20,1%. (BRASIL; MEC; INEP, 2006).

Além de esse fato constituir um padrão divergente de organização desse nível de ensino, em relação ao que se faz presente em grande parte dos países onde a educação superior está estruturada, quando isso se dá num país marcado por profundas desigualdades sociais, como é o caso brasileiro, o resultado é um sistema com um potencial elevado de exclusão social. Os dados dos Censos da Educação Superior demonstram que em 1960 registravam-se 222.218 matrículas na educação superior no

Brasil; desse total, em torno de 60% vinculavam-se ao setor público e 40% ao setor privado. Em 2006 observa-se um quadro totalmente diferente, pois das 4.676.646 matrículas registradas, 74,1% concentram-se no setor privado e apenas 25,9% no setor público. (SAMPAIO, 2005; BRASIL/MEC/INEP, 2008).

A expansão que se verificou no setor público, principalmente na década de 1990, deu-se em proporção muito inferior à que ocorreu no setor privado, representando aquele setor menos de 30% das matrículas em 2004. Dessa forma, a seletividade existente no acesso ao ensino superior brasileiro resulta, em parte, também da forma como se faz a oferta de matrículas. De acordo com o que foi proposto na Lei nº.10.172 de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, até 2011 esta relação deveria ser alterada de modo a atingir 40% da matrícula na rede pública, mas os dados indicam que ainda há uma grande distância até o alcance desta meta. Um dos aspectos que deve ser levado em consideração nesse contexto é que, apesar de estarem em andamento as políticas públicas que induzem à expansão do acesso, a educação superior brasileira ainda é bastante elitista.

Para Pacheco e Ristoff (2004), quatro grandes obstáculos se apresentam para que o Brasil alcance o índice proposto no PNE:

a) [...] a relação candidato/vaga nas instituições privadas [...], de 1,6, em 2004; b) [...] o grande número de vagas ociosas no setor privado, chegando a mais de 550 mil em 2002 [...]; c) o fato de 90% das instituições de educação superior pertencerem ao setor privado e, d) a renda familiar média dos alunos que hoje frequentam o ensino médio é 2,3 vezes menor [...] do que a das famílias dos atuais universitário [...]. Desse modo, concluem os autores, evidencia-se que [...] a expansão pelo setor privado está próxima do esgotamento [...] e que, além disso, a possibilidade de inclusão de cerca de nove milhões de estudantes que concluem o ensino médio, deve passar [...] pelas políticas de fortalecimento do setor público. (p. 8-9)

Considerando as matrículas por turno, com relação ao ensino noturno os dados registram uma expansão que se faz de forma mais lenta. Em 1999, 55,7% do total de matrículas foram feitas nesse turno, ao passo que 44,3% dos alunos frequentavam o período diurno. Em 2006, a procura pelo ensino noturno acentua-se um pouco mais, concentrando-se 60,9% das matrículas no período da noite e 39,1% durante o dia. A distribuição conforme a categoria administrativa das instituições de ensino superior, no entanto, mostra que, em 2006, 69,2% das matrículas no noturno se concentravam no

ensino superior privado, enquanto 63% do diurno estavam no setor público (BRASIL; MEC; INEP, 2008).

Outro aspecto importante se relaciona à questão étnica. Os estudantes negros, principalmente, enfrentam situação de maior desigualdade e dificuldade de acesso a esse nível de ensino, bem como de nele permanecer. De acordo com dados do INEP, quando se compara a presença de brancos e negros na sociedade e nos *campi*, fica ainda mais evidente essa desigualdade e o caráter elitista da educação superior. Em 2005, a presença de brancos na sociedade era de 50%, enquanto que no ensino superior era de 72,9%; enquanto os negros estavam presentes na mesma proporção na sociedade, nos *campi* sua presença era de 24,1%. Com relação aos ingressantes, os brancos representavam 70,2%, e 76,4% entre os concluintes e, para os negros, as taxas eram de 26,9% para ingressantes e 20,3% para concluintes. Os dados indicam que se as políticas públicas garantirem efetivamente o acesso dessas pessoas à educação superior terão que assegurar, também, a sua permanência.

A preocupação em ampliar o acesso à educação superior adquiriu maior ênfase na Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, devendo promover o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Com relação ao acesso e à oferta de cursos no período noturno, o artigo 208 explicita: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante **a garantia** de [...] **acesso aos níveis mais elevados de ensino**, da pesquisa e da criação artística [...]; **oferta de ensino noturno** regular [...].” (BRASIL, 1988, p. 120, grifos nossos).

Percebe-se que a Constituição Federal, por ser mais genérica, não especifica de que forma deve ocorrer essa “garantia de acesso” e nem a “oferta de ensino noturno regular”; também não há menção a programas de permanência dos estudantes nos variados níveis de ensino, fato que se repetirá na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n.9394). Esta, por sua vez, menciona, em seu artigo 4º que:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a **garantia de acesso** aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística [...]; **oferta de ensino noturno** regular [...]; oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, **garantindo-se aos que forem trabalhadores as**

condições de acesso e permanência na escola. (LDB, 1996, p. 8, grifos nossos).

Na LDB, portanto, pode-se vislumbrar a preocupação do legislador com as “condições de acesso e permanência na escola”; no entanto, as políticas educacionais formuladas no âmbito dos governos neoliberais continuam enfatizando a necessidade de ampliação do acesso do estudante a todos os níveis de ensino, sem mencionarem as condições para a sua permanência e conclusão dos cursos em que estão matriculados. Em outras palavras significa afirmar que essas políticas estimularam e apoiaram a expansão desenfreada da educação superior privada, apoiada pelo Estado, respaldando-se na idéia de que o mercado regularia a oferta e a procura desse nível de ensino.

Essa ausência relativa a programas de permanência reflete-se também no Plano Nacional de Educação (2001), que menciona a necessidade de expansão de vagas na educação superior, com ênfase no setor público:

Deve-se assegurar [...], portanto, que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total. [...] Ressalte-se a importância **da expansão de vagas no período noturno**, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que **assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade** a que **têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno.** (BRASIL, 2001, p. 97, grifos nossos).

Nota-se que no Plano Nacional de Educação aparece explicitamente a expressão “aluno-trabalhador”, com a preocupação de que a educação a ele oferecida tenha a mesma qualidade daquela ministrada aos estudantes do turno diurno, reforçando, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Algumas alternativas de políticas visando à produção de mecanismos que favoreçam o acesso de estudantes provenientes de camadas mais pobres da população e de segmentos sociais com reduzida participação nesse nível de ensino vêm sendo formuladas e implementadas, quer no nível do Estado, quer no de algumas instituições de ensino superior. Maior diversificação na distribuição e localização de instituições, e a

priorização de características sociais e étnicas nos vestibulares são as suas principais marcas. Entre elas encontram-se a abertura de universidades e de unidades acadêmicas em regiões mais pobres, a concessão de bônus na pontuação obtida no vestibular, a reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas e para negros e indígenas, e a expansão de vagas no turno noturno.

Além disso, há que se registrar, também, a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento Estudantil (FIES), ambos Programas do governo federal, que visam à manutenção, permanência e conclusão de cursos superiores. No conjunto das universidades federais, desenvolve-se, ainda, o Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que enfatiza a ampliação da oferta de vagas no turno noturno.

Esta pesquisa, portanto, focalizará o estudo dos programas de acesso e permanência na educação superior, especialmente a partir dos anos 1990. Com efeito, é a partir dessa década que as políticas de caráter neoliberal são implementadas com maior ênfase nos países da América Latina. De acordo com Perry Anderson (1995) o neoliberalismo constituiu-se numa “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. Anderson afirma ainda que o texto “de origem” do neoliberalismo é de autoria de Friedrich Hayek e se intitula “O Caminho da Servidão”, escrito em 1944. A obra constitui-se em um “ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (1995, s.p.)

As idéias de Hayek e seus seguidores conquistaram mais espaço diante das crises do modelo econômico do pós-guerra, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 1995, s.p.). Continua o autor, afirmando que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que

não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. [ANDERSON, 1995, s.p. Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>]

Na sociedade brasileira, bem como nos países da América Latina, o neoliberalismo aprofundou as desigualdades estruturais existentes, tanto do ponto de vista econômico, quanto social, cultural e educacional. A desobrigação do Estado com as políticas sociais, ou seja, com a garantia de serviços essenciais básicos, como saúde, educação, trabalho, entre outros, deu margem para que a iniciativa privada ocupasse espaços cada vez mais amplos na vida das pessoas; esses serviços passaram a ser oferecidos por empresas capitalistas preocupadas em comercializar seus produtos num mercado competitivo que prima em satisfazer as necessidades e interesses individuais.

No contexto da educação superior podem-se identificar os sintomas do neoliberalismo na expansão acelerada do ensino privado; na heterogeneidade e diversificação das Instituições de Educação Superior; na oferta e ampliação do ensino a distância, na ampliação da oferta de cursos noturnos, entre outras características.

De acordo com Pires e Reis, as reformas neoliberais impostas nas últimas décadas e, em particular, as reformas educacionais demonstram que a

[...] educação e a educação superior ocupam um papel estratégico no projeto neoliberal. De um lado, de preparação para o trabalho, garantia da formação do trabalhador sob nova base técnica: automação e multifuncionalidade. De outro lado, a consolidação da educação, inclusive a escolar, com função ideológica, de transmitir as idéias liberais. Assim o processo educativo incorpora as idéias de organização social oriundas do projeto neoliberal como a competição, o individualismo, a busca da qualidade etc.(1999, p. 37)

Nesse contexto, da ideologia neoliberal e das reformas educacionais, que se explicitam novas questões para a educação superior brasileira, como a questão da ampliação do acesso a esse nível de ensino. Constata-se, por exemplo, que programas oficiais de estímulo e ampliação do acesso em diferentes perspectivas (ensino noturno, ações afirmativas, educação a distância) começam a aparecer com maior ênfase nas

políticas governamentais, especialmente após a aprovação da LDB, de 1996, com a intenção de democratizar o acesso à educação superior.

Nessa direção, o documento “Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise” do IPEA (2007), afirma que o grande “desafio neste nível de ensino é a democratização do acesso” e que essa democratização “pressupõe não apenas a oferta de vagas, mas também a viabilidade de preenchimento pelos potenciais demandantes”

Para a efetiva democratização, além disso, são necessárias políticas que favoreçam não só a permanência nos cursos de graduação, bem como a sua manutenção. Programas pontuais e focalizados ou “compensatórios” são importantes, pois contribuem para esses dois fatores: manutenção e permanência. No entanto, são necessárias políticas de Estado que se constituam como direitos assegurados aos jovens que não conseguem, por seu esforço individual, como preconizam as políticas neoliberais, ter acesso a um curso superior. Colocar no jovem a responsabilidade de enfrentar individualmente a difícil corrida pelo acesso a uma vaga, especialmente pública, é deixar de reconhecer as contradições inerentes à sociedade desigual e excludente, como a brasileira, que figura entre os países da América Latina com um dos mais baixos índices de desenvolvimento educacional. Conforme Relatório da UNESCO, o Brasil apresenta índice de 0, 901, abaixo de vários países da América Latina, como por exemplo, Argentina (0, 979), Chile (0,969), Uruguai (0, 948), Venezuela (0, 931), Equador (0, 917), Bolívia (0, 913) e Paraguai (0, 902). (UNESCO. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular>)

A intensificação da implementação de iniciativas voltadas para a ampliação da inclusão social na educação superior tem carecido, contudo, de um exercício sistemático de reflexão sobre a matéria, tanto nos seus fundamentos teóricos e metodológicos quanto na avaliação das experiências em curso. Desse modo, algumas questões deverão ser levadas em consideração, neste Projeto de Pesquisa, no que se refere às políticas de expansão do acesso na educação superior: a) as diferenças raciais e sociais de acesso a esse nível de ensino; b) a diversidade e a heterogeneidade institucional e o modo como as IES estão implementando tais políticas; c) a mediação/contradição entre políticas focais e políticas universais e o alcance dessas políticas na educação superior; e) em que medida, efetivamente, as políticas que estão sendo implementadas promovem a

democratização da educação superior; f) os impactos dessas políticas no sentido de se atingir metas estabelecidas pelos próprios governos, como, por exemplo, o aumento da taxa de escolarização.

V - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente proposta de pesquisa pretende fazer uso tanto de abordagens quantitativas quanto das qualitativas, dependendo das necessidades decorrentes do projeto e de suas fases de investigação. Dessa forma serão realizadas ou aproveitadas avaliações estatísticas elaboradas pelo grupo de pesquisadores, a exemplo da série histórica do Censo da Educação Superior – 1991-2004, o que será mais recorrente na primeira fase da investigação, como se detalhará a seguir; da mesma maneira serão utilizadas pesquisas bibliográficas, análises de documentos e da legislação da educação superior no Brasil, dentre outros procedimentos apropriados ao estudo da temática.

É importante sublinhar que se pretende conferir importância singular aos dados empíricos coletados nesta pesquisa, pois se entende que é nos movimentos mais simples da vida cotidiana, na empiria mais imediata, que se situa o ponto de partida para compreender a sociabilidade humana em seu sentido mais profundo (MORAES; MÜLLER, 2003), bem como para a compreensão de como políticas formuladas são absorvidas/adaptadas/modificadas nos âmbitos local, regional, nacional e até mesmo internacional. No entanto, a compreensão do movimento cotidiano implica uma atenção permanente à gênese, conflitos e contradições que o perpassam. E para tal, entende-se que a teoria não deve abandonar o seu lugar catalisador na investigação, pois a conjunção constante de eventos no campo da empiria, por mais rica que seja, não possibilita a análise das forças, poderes e estruturas presentes nos fenômenos empíricos. (BHASKAR, 1994).

Sumariamente, as fases e procedimentos metodológicos previstos para essa investigação, são os que se seguem:

a) revisão da literatura da temática de estudo

A análise da produção de determinada área do conhecimento, por meio de bibliografias, as chamadas pesquisas de “estado da arte”, de dados agregados e/ou de documentos começam a aparecer no Brasil, mais sistematicamente, a partir de 1980 e

atualmente são necessárias para se identificarem lacunas importantes de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Esses estudos, guardadas as diferenças, têm por objetivo sistematizar a produção do conhecimento num determinado campo do saber e possibilitam maior ou menor grau, a compreensão dos processos vigentes de produção do conhecimento na área, a identificação das temáticas mais exploradas, bem como a sinalização de temáticas não ou insuficientemente, estudadas.

Considera-se, no entanto, que tal sistematização deva imputar análises que caminhem além da mera reprodução das noções veiculadas no material examinado, objetivando também a identificação de categorias de natureza política, sociológica, econômica, filosófica etc, que perpassam os temas de investigação, as justificativas, os aportes teóricos, a metodologia e os resultados de pesquisa vinculados ao objeto de estudo.

Nessa fase serão feitos seguintes levantamentos:

- Classificação e organização de fontes bibliográficas (livros, periódicos, entre outros) relacionadas mais diretamente ao acesso e permanência na educação superior – “estado da arte”;
- Seleção de categorias de análise com base no estudo desse material;
- Levantamento, categorização e análise da produção científica sobre acesso, permanência e democratização da educação superior no Banco de Dados Universitas/Br, no GT Política de Educação Superior da ANPED e nos anais dos Seminários Nacionais Universitas/Br - – complementação e aprofundamento do estado do conhecimento sobre a temática

b) Levantamento e análise de dados estatísticos

O levantamento de dados estatísticos, sobretudo aqueles relacionados às series históricas do Censo da Educação Superior no Brasil, disponibilizados pelo Banco de Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Importante salientar que os dados estatísticos, nesta pesquisa, especialmente aqueles relacionados à expansão de matrículas, cursos, IES, gênero, capital e interior, áreas de conhecimento, entre outros, serão de fundamental importância para se compreender as demandas relativas ao acesso e à permanência, com sucesso, de jovens a esse nível de ensino. Nesse caso, os dados estatísticos devem ser compreendidos não

apenas na direção da verificação quantitativa de determinada realidade da educação superior, mas sim como indicativo das lacunas que devem ser suprimidas ou enfrentadas pelas políticas públicas de educação superior no Brasil.

c) levantamento e análise de fontes documentais e dispositivos legais

O levantamento de fontes documentais consiste também em fase imprescindível para a compreensão dos programas de acesso e permanência na educação superior, especialmente no final dos anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, quando os governos passaram a enfatizar a implementação de políticas de inclusão em todos os níveis educacionais. Nesse aspecto serão analisados os documentos que propõem tais programas, como PROUNI, REUNI, Lei de Cotas, entre outras, bem como a legislação emanada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Numa pesquisa dessa natureza não se pode perder de vista que os fatos (bem como os documentos) não falam por si. Falam apenas quando o pesquisador os aborda e os interpreta, procurando compreender o pensamento que está por trás deles. É o pesquisador (no nosso caso, o grupo de pesquisa) quem decide quais os fatos e os documentos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. (CARR, 1976, p. 14).

Com base nesses pressupostos, verifica-se que os fatos, mesmo quando registrados em documentos, devem ser processados pelo pesquisador antes que se possa fazer uso deles. (CARR, 1976). Neste sentido, o principal trabalho do pesquisador não é apenas registrar, mas avaliar, ancorado numa base teórica.

Por fim, nesta segunda etapa da investigação pretende-se superar a análise da expansão em seus efeitos meramente formais e jurídico-políticos, pois encobrem parte substancial da proposta e dos seus efeitos sobre o sistema de educação superior.

VI – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA PROPOSTA

Os pesquisadores reunidos em torno desta proposta de pesquisa, baseados em sua experiência na pesquisa em políticas de educação superior e, pautando-se na experiência acumulada do GEPPEs, da Rede Universitas/Br e no GT Política de Educação Superior da ANPEd, esperam, com a realização desta pesquisa, contribuir para:

a) a compreensão dos programas de acesso e permanência implementadas no Brasil, no processo de expansão da educação superior pós-LDB, no sentido de contribuir

com subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas de Estado que visem a enfrentar o enorme desafio de incluir maior número de jovens nesse nível de ensino;

b) a descentralização da pesquisa no Brasil e criação/consolidação de novos grupos de pesquisa na área da educação superior e dos Programas de Pós-Graduação na Região Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste;

c) a formação de novos pesquisadores nos diferentes estágios de formação: graduação, iniciação científica, mestrado e doutorado;

c) implementação e consolidação de pesquisas sobre política de educação superior, especialmente nas regiões brasileiras que sofrem com os processos de exclusão de segmentos significativos da população brasileira desse nível de ensino.

A equipe pretende também, ao divulgar e socializar os resultados parciais e finais da pesquisa: a) oferecer maior visibilidade à questão do acesso, permanência e sucesso na educação superior; b) viabilizar a socialização, divulgação e intercâmbio de documentos sobre a temática, ampliando a produção de conhecimentos na área; c) intensificar o intercâmbio com grupos de pesquisa ou rede de pesquisadores da América Latina que desenvolvem ações e pesquisas no campo da educação superior; d) promover e/ou participar de simpósios, congressos, seminários, encontros, reuniões científicas, cursos de atualização e convênios com entidades e grupos nacionais e internacionais, sobre a temática; e) divulgar e debater os resultados da pesquisa, por meio de publicações coletivas, além de participar e apresentar os resultados em eventos científicos da área, nacionais e internacionais.

VII - ORÇAMENTO DETALHADO DA PROPOSTA

ITENS DE DISPÊNDIO	R\$	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Material bibliográfico	R\$ 5.000,00	Livros e periódicos da área da educação superior e áreas afins	O material bibliográfico será utilizado como fonte de consulta e como apoio teórico indispensável para análises sobre o conhecimento produzido na área da educação superior.
Custeio	R\$	Pen-drive, papel sulfite, pastas,	O material de consumo

	11.000,00	CDs, cartuchos e demais materiais de suporte para o desenvolvimento de todas as fases da pesquisa. Esses materiais serão disponibilizados para todos os membros da equipe, para que possam ter condições materiais de desenvolver a pesquisa em seus estados e regiões.	possibilita a edição, elaboração e armazenamento dos dados, bem como reproduzi-los e socializá-los por meio digital e impresso. O valor solicitado é indispensável para subsidiar as equipes dos estados componentes da pesquisa.
Diárias	R\$ 3.380,94	18 diárias	No desenvolvimento da pesquisa realizar-se-á Seminário Integrador, com a presença de todas a equipe. As diárias serão necessárias para custear as despesas dos 9 (nove) componentes do grupo, que residem em outros estados ou municípios, tendo em vista que o Seminário será realizado na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS. Foram previstas, para tal fim, duas diárias para despesas com hospedagem e alimentação durante, para cada um desses nove integrantes.
Passagens	R\$ 8.530,00	4 passagem aérea de: CNF x CGR x CNF JPA x CGR x JPA SSA x CGR x SSA BEL x CGR x BEL 3 passagens aéreas de: CGB x CGR x CGB 2 passagens rodoviárias de: Dourados x CGR x Dourados	As 7 (sete) passagens aéreas se destinam a integrantes do projeto que participarão do Seminário e que residem fora do estado de MS. As 2 (duas) passagens rodoviárias são para duas pesquisadoras que residem em Dourados/MS.
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 21.500,00	2 notebooks - R\$5.000,00 a unidade 2 computadores com monitor - R\$3.000,00 a unidade 1 impressora - R\$ 2.500,00 1 data show - R\$3.000,00	Tendo em vista que a coordenadora e a vice-coordenadora do Projeto residem em estados distintos, 2 (dois) notebooks serão necessários para o desenvolvimento da pesquisa e armazenamento de dados das equipes de estados componentes da

			<p>pesquisa. Os 2 (dois) computadores com monitor, serão destinados à equipe que desenvolverá o apoio na Instituição Executora da pesquisa, na qual também deverá permanecer a impressora. O “data show” será utilizado sempre que integrantes do projeto se reunirem para discutir, analisar e reorganizar os resultados da pesquisa. Todo esse material, finda a pesquisa, será destinado como patrimônio da IES executora.</p>
Total	R\$ 49.410,94		

VIII – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ATIVIDADES	1º ANO											
	2010											
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Levantamento bibliográfico inicial	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX							
Compra de material permanente (todo), de consumo (parcial) e bibliográfico. Permanente-R\$ 21.500,00; Consumo-R\$ 4.000,00; Material bibliográfico-R\$ 5.000,00	XXX	XXX			XXX	XXX						
Reunião da Equipe de Pesquisadores pelo ambiente virtual			XXX						XXX			
Classificação e organização de fontes bibliográficas (livros, periódicos, entre outros) relacionadas mais diretamente ao acesso e permanência na educação superior – “estado da arte” Seleção de categorias de análise com base no estudo desse material			XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX		
Levantamento, categorização e análise da produção científica sobre acesso, permanência e democratização da educação superior no Banco de Dados Universitas/Br, no GT Política de Educação Superior da ANPEd e nos anais dos Seminários Nacionais Universitas/Br – complementação aprofundamento do estado do conhecimento sobre a temática					XXX	XXX	XXX	XXX	XXX			
Aquisição de parte do material de consumo-R\$ 3.000,00								XXX	XXX			
Levantamento, organização e análise de dados estatísticos relativos à expansão da educação superior no Brasil, focalizando dados de acesso, no Banco de Dados do INEP/MEC, pós-LDB/1996.										XXX	XXX	
Elaboração de Relatórios Parciais						XXX					XXX	
Apresentação de Resultados Parciais em Eventos Científicos									XXX	XXX		
Elaboração de artigo científico para publicação										XXX	XXX	

ATIVIDADES	2º ANO										
	2011										
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Aquisição do restante do material de consumo-R\$ 4.000,00	XXX	XXX	XXX	XXX							
Análise de fontes documentais e legais (programas como PROUNI, REUNI, Lei de Cotas, entre outros)		XXX	XXX	XXX	XXX						
Elaboração de quadros demonstrativos da evolução do acesso e permanência na educação superior do Brasil pós-LDB/1996, especialmente por regiões do Brasil e, posteriormente, em determinados estados, posteriormente selecionados pelos pesquisadores				XXX	XXX	XXX	XXX	XXX			
Análise e cruzamento dos dados coletados: estatísticos, documentais e legislação, referentes ao acesso e permanência no Brasil.						XXX	XXX	XXX			
Aquisição das passagens para o Seminário Integrador, em Campo Grande – MS Passagens-R\$ 8.530,00					XXX						
Pagamento das diárias para os pesquisadores da Equipe Diárias-R\$ 3.380,94							XXX				
Seminário Integrador da Equipe e Socialização dos Resultados da Pesquisa a comunidade, pesquisadores convidados e estudantes de graduação e pós-graduação							XXX				
Finalização das análises, por meio do cruzamento de dados e elaboração de quadros demonstrativos e comparativos entre as regiões brasileiras e de alguns estados selecionados pelos pesquisadores							XXX	XXX	XXX	XXX	
Elaboração de Relatórios Parciais.						XXX				XXX	
Apresentação e Divulgação de Resultados em Eventos Científicos					XXX		XXX		XXX	XXX	
Elaboração de artigo científico para publicação									XXX	XXX	XXX

IX- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PESQUISADORES

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Mariluce Bittar (Dra. em Educação; Coordenadora do GEPES-UCDB; Professora da UCDB)	UCDB	Coordenadora – responsável pela coordenação e acompanhamento do desenvolvimento de todas as fases da pesquisa, bem como pelo envio de informações ao CNPq (relatórios e prestação de contas dos recursos solicitados)
Maria do Carmo Lacerda Peixoto (Dra. em Educação; Professora e Diretora de Avaliação Institucional da UFMG)	UFMG	Vice-coordenadora – responsável pela colaboração e acompanhamento direto de todas as atividades e tarefas inerentes à coordenação da pesquisa, auxiliando diretamente a Coordenadora.
Carina Elisabeth Maciel (Dra. em Educação; Vice-coordenadora do GEPES; Professora da UFMS)	UFMS	Pesquisadora – acompanhamento da utilização dos recursos financeiros e responsável mais direta pela equipe de pesquisadores de Mato Grosso do Sul; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Salomão Mufarrej Hage (Dr. em Educação; Membro do GEPES-PA; Professor da UFPA)	UFPA	Pesquisador - responsável pela coleta e análise de dados e de forma mais direta, responsável pela equipe de pesquisadores do estado do Pará-PA; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso (Dra. em Educação; Membro do GEPES; Professora da UFMT)	UFMT	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados e de forma mais direta, responsável pela equipe de pesquisadores de Mato Grosso - MT; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Tânia Lima Beraldo (Dra. em Educação; Membro do GEPES; Professora da UFMT)	UFMT	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados; pela orientação de alunos de PIBIC e mestrado e pela elaboração de relatórios parciais da pesquisa.
Maria das Graças Martins da Silva (Dra. em Educação; Membro do GEPES; Professora da UFMT)	UFMT	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados; pela orientação de alunos de PIBIC e mestrado e pela elaboração de relatórios parciais da pesquisa.
Edineide Jezine (Dra. em Sociologia; Professora da UFPB)	UFPB	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados e de forma mais direta, responsável pela equipe de pesquisadores do

		estado do Pará-PA; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Maria José de Jesus Alves Cordeiro (Dra. em Educação; Membro do GEPPES; Professora da UEMS)	UEMS	Pesquisadora - responsável pela coleta e análise de dados e de forma mais direta, responsável pela equipe de pesquisadores do município de Dourados – MS; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Giselle Real (Dra. em Educação; membro do GEPPES; Professora da UFGD)	UFGD	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados; pela orientação de alunos de PIBIC e mestrado e pela elaboração de relatórios parciais da pesquisa.
Nádia Hage Fialho (Dra. em Educação; Professora da UNEB)	UNEB	Pesquisadora – responsável pela coleta e análise de dados e de forma mais direta, responsável pela equipe de pesquisadores do estado da Bahia-BA; responsável pela elaboração de relatórios parciais de pesquisa e colaboração com a Coordenação geral da pesquisa.
Valquiria Allis Nantes (Mestranda em Educação-UCDB)	UCDB	Mestranda em Educação da UCDB – levantamento de dados de dados estatísticos e de produção na área.
Andressa dos Santos de Souza (Aluna de Iniciação Científica-UCDB)	UCDB	Aluno de graduação/PIBIC – organização e catalogação de matérias de jornal e produção sobre o tema pesquisado.

Prevê-se que ao longo do desenvolvimento da pesquisa, novos pesquisadores e estudantes de Iniciação Científica e de Mestrado e Doutorado em Educação, vinculados aos Programas de Pós-graduação dos pesquisadores acima mencionados, poderão ser convidados a compor a equipe, com o objetivo de se ampliar a possibilidade e capacidade desse grupo inicial, de formar novos pesquisadores e contribuir com o fortalecimento da pesquisa em educação superior nesses estados que compõem a presente proposta de pesquisa.

Os pesquisadores (doutores) deverão absorver seus orientandos de pós-graduação e de graduação localmente, potencializando, assim, a capacidade de coleta de dados, a análise que daí deve decorrer, bem como fortalecendo os próprios grupos de pesquisa institucionais.

Além de contatos virtuais permanentes, de divulgação e troca de relatórios parciais, pretende-se organizar encontros presenciais durante as reuniões anuais da ANPEd, além da

organização de um Seminário Integrador, com o objetivo de socializar os resultados da pesquisa e trocar experiência dos processos inerentes à fase de coleta e análise de dados. Deve-se destacar que o Seminário proporcionará, além da discussão da temática central desta proposta de pesquisa, a participação da comunidade universitária da instituição de educação superior executora do projeto (no caso, a Universidade Católica Dom Bosco), bem como será organizada a produção escrita do grupo de pesquisa, normalmente sob a forma de edição de coletâneas.

X - INDICAÇÃO DE COLABORAÇÕES E PARCERIAS

Conforme relatado no decorrer desta proposta de pesquisa, diversas ações de parceria e colaboração serão implementadas, destacando-se, entre outras:

- Efetivo intercâmbio entre os membros da equipe, não apenas no desenvolvimento da pesquisa, mas também na participação de Bancas de Mestrado e Doutorado; em colóquios e conferências realizadas em cada uma das IES participantes da pesquisa;
- Parceria entre os Grupos de Pesquisa e implementação de ações mais consistentes para futuras pesquisas; destaca-se o intercâmbio entre o GT Política de Educação Superior da ANPEd, a Rede Universitas/Br, o GEPES-MS, o GEPES-PA e os Grupos de Políticas Educacionais da UFMT, da UFMG, da UNEB e da UFPB;
- Efetiva troca de experiência no que diz respeito à consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades participantes da pesquisa e o estímulo à criação de novos programas em universidades que ainda não os possuem, como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;
- Parceria no que diz respeito às publicações, tanto na forma de coletâneas, como na forma de Dossiês Temáticos a serem organizados e publicados nos periódicos dessas IES, da área da educação, como a Série Estudos, da UCDB, a Revista de Educação Pública da UFMT, a Educação em Revista, da UFMG e outras a serem incorporadas.

XI – DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURA E DE APOIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A Instituição executora da pesquisa, Universidade Católica Dom Bosco, caracteriza-se como IES comunitária-confessional-filantrópica, portanto, sem fins lucrativos. É uma Instituição de longa tradição na oferta de ensino superior em Mato Grosso e, posteriormente, com a divisão do estado, em Mato Grosso do Sul. Os padres salesianos foram os primeiros a instalarem um curso de nível superior na região do antigo estado de Mato Grosso, no ano de 1962. Transformada pelo Ministério da Educação, pela via do reconhecimento, em Universidade, em 1993, a UCDB acumula perto de meio século de experiência na educação superior, formando gerações de jovens provenientes de todas as regiões do Brasil.

A UCDB possui aproximadamente 10.000 (dez mil) alunos matriculados em seus cursos de graduação; em torno de 1.500 (hum mil e quinhentos) em cursos de especialização e aproximadamente 180 (cento e oitenta) em seus 4 (quatro) Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Esses Programas, bem avaliados pela CAPES⁵, encontram-se consolidados, razão pela qual a Universidade entendeu que o ano de 2009 seria o momento para enviar seu projeto de criação do Doutorado em Educação, o Programa mais antigo da UCDB e melhor avaliado pela CAPES⁶.

A infraestrutura da Universidade possui nota A pelo MEC, oferecendo a mais completa Biblioteca do estado de Mato Grosso do Sul, laboratórios, salas equipadas e espaços suficiente e necessário para o funcionamento de todas as atividades de graduação, pós-graduação e extensão. O GEPPEP, Grupo de Pesquisa instalado no mesmo espaço físico do Mestrado em Educação, possui sala própria, compartilhada pelos outros grupos de

⁵ Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UCDB são: Mestrado em Educação, conceito 5 (cinco); Mestrado em Desenvolvimento Local e Mestrado em Psicologia, ambos com conceito 5 (quatro) e Mestrado em Biotecnologia, com conceito 3 (três).

⁶ O Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB enviou sua proposta de criação do Doutorado em Educação, como consequência natural de seu processo de consolidação, reconhecimento e visibilidade acadêmica. Esse processo que teve início em 1994, foi reconhecido pela CAPES na última avaliação trienal (2004-2006), quando o Programa foi avaliado com o conceito 5 (cinco), o único no Brasil a alcançar a avaliação máxima (nota cinco, para Programas que possuem apenas o Mestrado) sem ter o Curso de Doutorado. Como processo natural de seu planejamento, em 2009 protocolou-se a proposta de criação do Doutorado que foi avaliado positivamente pela Comissão de Área e, no momento, aguarda a visita de verificação da Comissão indicada pela CAPES – exigência do CTC (Conselho Técnico Científico) para aprovação de novos cursos de Doutorado em todas as áreas do conhecimento.

pesquisa do Programa, com condições de atender as necessidades dos pesquisadores desta proposta que ora se encaminha para o CNPq.

Enfatiza-se que, embora apresente excelente infraestrutura, a UCDB nem sempre consegue atender todas as necessidades dos pesquisadores no que diz respeito ao fornecimento de computadores e data show, razão pela qual esses materiais permanentes estão sendo solicitados.

XII – REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23. [Disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>. Acesso em 25 de novembro de 2008]

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BHASKAR, R. **Plato etc.: the problems of philosophy and their resolution**. London: Verso, 1994.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://>>

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 1 set. 2008.

_____. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2007.

.BRASIL. MEC. INEP. **Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 1996 a 2007**. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

CARR, E. H. **Que é história?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

MORAES, M.C.M.; MÜLLER, R.G. **História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, jul./dez. 2003.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: MEC/INEP, 2004.

PIRES, Marília F. de Campos; REIS, José R. Tozoni. Globalização, neoliberalismo, universidade: algumas considerações. **Interface**. Comunicação, Saúde, Educação. São Paulo: UNESP, v.3, n.4, 1999, p. 29-39.

POPKEWITZ, T. S. **Sociologia política de las reformas educativas**. Madrid: Morata, 1994.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. A Educação Superior no Brasil: Panorama Geral. In: **Educação Superior Brasileira: 1991 – 2004**. Brasília: INEP/MEC, 2006. p. 21 – 22

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: FAPESP: HUCITEC, 2005.

UNESCO-IESALC. Expansion de la Educacion Superior em la América Latina. 2006. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/pruebaobservatorio/boletinNo118.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2006.